

A prática pedagógica no ensino de filosofia no contexto da EPT desenvolvida nos Institutos Federais: da concepção da importância ao modo como ela se constitui

Pedagogical practice in the teaching of philosophy in the context of Professional and Technological Education (PTE) developed in the Federal Institutes: from the conception of its importance to the way it is constituted

Leocir Bressan 

Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria – RS, Brasil.

leocir.bressan@iffarroupilha.edu.br

Recebido em 30 de novembro de 2025

Aprovado em 01 de fevereiro de 2026

Publicado em 02 de março de 2026

RESUMO

O presente artigo deriva de uma pesquisa de doutorado que objetiva problematizar a prática pedagógica docente de filosofia no contexto da Educação Profissional Tecnológica dos Institutos Federais. A pertinência de uma tal abordagem está dada, inicialmente, no novo formato do ensino, nesta modalidade, aportado pelos Institutos Federais, cuja novidade pode ser resumida a partir da noção de um ensino integrado, e onde a filosofia, por sua própria natureza, tem uma marcante presença em todos os contextos dessas instituições. Uma tal capilaridade de inserção nos diferentes contextos, já que a filosofia está presente em todos os níveis e modalidades dos Institutos Federais, no entanto, reveste-se de importantes desafios que fazem com que essa pauta em torno da prática pedagógica necessite ser problematizada. Como a pesquisa ainda está em sua fase inicial e, por esta razão, ainda não realizou as entrevistas previstas com docentes de filosofia dessas instituições, a metodologia adotada no artigo parte da experiência docente de 14 anos de atuação bem como de um referencial teórico que busca dar sustentação a esta pesquisa. Também por este motivo, os resultados e conclusões da pesquisa ainda são parciais, mas apontam para a necessidade de uma *práxis* que esteja conectada com as diferentes realidades que permeiam essas instituições.

Palavras-chave: Prática pedagógica; Filosofia; Institutos Federais; Ensino; Integrado.

ABSTRACT

The present article derives from a doctoral research project that aims to problematize the pedagogical practice of philosophy teachers within the context of Technological and Vocational Education (Educação Profissional Tecnológica) in the Federal Institutes. The relevance of such an approach lies, initially, in the new configuration of teaching in this modality, introduced by the

Federal Institutes, whose novelty can be summarized through the notion of integrated education—within which philosophy, by its very nature, holds a significant presence across all institutional contexts. Such reach and insertion in different contexts—given that philosophy is present at all levels and in all modalities of the Federal Institutes—nevertheless entail important challenges, making it necessary to critically examine this agenda concerning pedagogical practice. As the research is still in its initial phase and, for this reason, has not yet conducted the planned interviews with philosophy teachers from these institutions, the methodology adopted in the article draws from 14 years of teaching experience as well as from a theoretical framework intended to support the research. For this reason as well, the research results and conclusions remain partial, but they point to the need for a praxis connected to the diverse realities that permeate these institutions.

Keywords: Pedagogical Practice; Philosophy; Federal Institutes; Teaching; Integrated; Education.

Introdução

O presente artigo resulta de um trabalho apresentado no VIII Encontro do GT Filosofar e Ensinar a Filosofar: pesquisa em cena, ensino em questão, evento ocorrido em Marília/SP, entre os dias 17 a 19 de setembro de 2025. Por sua vez, a apresentação objetivou elucidar a importância da reflexão em torno da prática pedagógica no ensino de filosofia no recorte da educação profissional tecnológica dos Institutos Federais. Essa temática constitui o núcleo da pesquisa de doutorado de um dos autores desse artigo, pesquisa que ainda se encontra em sua fase inicial de desenvolvimento e está sob a orientação da Professora Elisete Medianeira Tomazetti.

Além do fato do pesquisador atuar com o ensino de filosofia no Instituto Federal, a justificativa pela reflexão em torno da temática se dá por diferentes motivos. Em primeiro lugar, como se verá no decorrer deste artigo, pelo fato da configuração atual da EPT, sobretudo quando tratada pela ótica dos Institutos Federais, apresentar uma louvável novidade em comparação à sua trajetória histórica no Brasil. Neste caso, a prática pedagógica precisa estar conectada com essa inovação.

No que se refere à escolha pelo ensino de filosofia especificamente para fornecer o recorte em termos de campo do conhecimento para investigar a

prática pedagógica docente, pode-se justificar dois motivos: o fato de que sua natureza integradora, desde suas origens, possa ser um bom instrumento para dar amparo e sentido às demandas apresentadas por essa complexa configuração da EPT e, decorrente desta facilidade de inserção em diferentes domínios por sua própria natureza, a presença da filosofia em praticamente todos os cursos e níveis de ensino nessas instituições com o que, a problematização da prática pedagógica docente voltada para o campo da filosofia constitui uma fértil reflexão.

Com relação à metodologia empregada nesse trabalho, parte-se de uma perspectiva qualitativa de cunho bibliográfico dado que, na fase atual da pesquisa, ainda não se realizaram as entrevistas com os docentes da área da filosofia para constituir o material de análise. Nesse sentido, também servirá de aporte para o trabalho a experiência docente do pesquisador de 14 anos com o ensino de filosofia no Instituto Federal Farroupilha/RS.

Com efeito, o trabalho estará constituído em duas partes: na primeira parte buscar-se-á caracterizar brevemente o conceito de educação profissional tecnológica à guisa da abordagem proposta pelos Institutos Federais de modo a entender a novidade aportada no que se refere ao ensino em relação ao seu tratamento histórico no Brasil. Este primeiro momento será necessário para entender a dinâmica da problematização da prática pedagógica docente de filosofia em função do modelo de ensino destas instituições. Assim, o segundo momento consiste precisamente em colocar no centro da discussão a prática pedagógica docente no campo da filosofia em função das complexidades que permeiam aquele contexto.

Breves considerações acerca do novo conceito de educação profissional tecnológica à luz dos Institutos Federais

Antes mesmo de se iniciar a caracterização de um novo modelo de EPT, incumbe identificar a forma pela qual se estruturou o percurso histórico dessa modalidade de ensino no Brasil à qual essa nova orientação vem a se demarcar. Embora não se tenha aqui a pretensão de reconstituir os diferentes períodos em que a EPT se desenvolveu na história da educação nacional, pode-se apontar um elemento característico dessa trajetória que permeia praticamente todos os seus momentos: ela, em grande medida, esteve pautada na busca de desenvolver competências ao trabalhador, capazes de suprir as demandas do mercado de trabalho, mas que sonegou a esse trabalhador uma educação que contemplasse uma formação geral que se constituísse na base sobre a qual pudesse edificar seu futuro. Nesse sentido, a EPT, dentro dessa retrospectiva histórica, veio assentada na perspectiva de se constituir numa forma de suprir as demandas econômicas do país, mas dentro de uma formação apenas parcial, com foco nos conteúdos técnico profissionais em detrimento de uma formação científica e geral, como era proporcionada para as elites sociais e econômicas do país. A literatura que trata dessa visão fragmentária e perversamente dual da EPT no Brasil é farta, mas destacamos aqui Frigotto, G.; Ciavatta, M. (orgs.) (2006), Saviani (2007), Moura (2010) e Manfredi (2017).

Ora, a novidade ancorada na nova proposta da EPT no Brasil, à luz do recorte dos Institutos Federais, pode ser analisada a partir de muitas dimensões, como a política, social, pedagógica ou administrativa. Mas todas elas parecem convergir para aquilo que torna o contraste com seu desenvolvimento histórico mais saliente: um conceito de EPT integrada.

Criados a partir da Lei 11.892/2008, os Institutos Federais fundamentam-se na busca de estabelecer uma nova relação entre educação e trabalho. Isto é, à luz da proposta instituída pelos Institutos Federais, a EPT está assentada no ideal de proporcionar uma formação integral aos educandos. O trabalho, representado pelos diferentes campos profissionais, passa ser uma parte da formação do educando, vinculado à concepção do princípio educativo que seja

capaz de articular-se e dar sentido a uma formação básica, não somente enquanto um nível de ensino, mas enquanto uma parte curricular que proporcione os princípios basilares ao educando, tão necessários para uma formação sólida e cidadã.

O pressuposto fundamental dentro desta dimensão integradora que merece ser considerado é o entendimento de que a relação entre educação de base e educação profissional se dá de forma contextualizada às demandas locais. Essa orientação já vem expressa na Seção II da Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, quando trata das finalidades e características dos Institutos Federais, em seus dois primeiros parágrafos, ao defender que essas instituições se caracterizam por:

“I - Ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional; II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais” (Brasil, 2008).

Ainda que essa orientação de proximidade entre os campos profissionais com os arranjos produtivos locais suscite algumas interpretações críticas na mesma direção daquelas lançadas ao desenvolvimento histórico da EPT no Brasil, o fato de a mesma se constituir num princípio educativo complementar à formação de base, onde busca valorizar a própria realidade socioeconômica dos educandos, está alicerçada nos princípios freireanos do respeito ao contexto de cada indivíduo. Com efeito, na consagrada obra *Pedagogia do Oprimido* Freire afirma:

Já agora ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão mediatizados pelo mundo. Mediatizados pelos objetos cognoscíveis que, na prática “bancária”, são possuídos pelo educador que os descreve ou os deposita nos educandos passivos (Freire, 1987, p. 39).

Todavia, a despeito dos inegáveis avanços tanto em termos de política de atendimento, abraçando a camada mais pobre da população, quanto em termos de uma proposta pedagógica que conduz a uma formação integrada geral do

educando, a própria configuração dos Institutos Federais aponta para grandes desafios seja em virtude da sua ainda incipiente existência, seja pela complexidade mesma de sua proposta. Esses desafios serão aqui considerados a seguir desde o viés da prática docente e, pelas justificativas apresentadas na introdução desse artigo, através do recorte do professor de filosofia.

Desafios inerentes à prática pedagógica docente no ensino de filosofia dos Institutos Federais

Para introduzir a reflexão acerca da prática pedagógica docente no campo da filosofia nos Institutos Federais, talvez seja necessário considerar por que razão essa disciplina é tão importante frente ao conceito de ensino dessas instituições a ponto de estar presente em todos os níveis de ensino e qual o motivo que fez com que ela inexistisse no formato da EPT em sua história. Em função de sua criticidade de direito e sua natureza integradora, a filosofia não se coadunava com o modelo histórico da EPT, enquanto que, no tratamento atual, sua presença é vista como um componente capaz de contribuir de modo decisivo na formação de um sujeito crítico e integral.

Porém, para efetivar toda contribuição que da filosofia se espera, é preciso problematizar sua prática pedagógica na medida em que se está a tratar de uma Educação Profissional Tecnológica cuja concepção de ensino é composta por realidades muito diversas. Ou seja, inicialmente parte-se da integração do campo técnico profissional com a educação geral. Mas de forma mais contundente, entenda-se que o mesmo docente transita em todos os eixos tecnológicos, em seus diferentes cursos e em todos os seus diferentes níveis. Da mesma forma, o mesmo docente também atua tanto na modalidade presencial quanto na modalidade à distância. Ora, a pergunta fundamental é: como pensar e construir a prática pedagógica no campo da filosofia de modo que ela consiga contemplar estas distintas realidades no intuito de conseguir o

êxito cuja expectativa justificou sua marcante presença nos currículos?

Como ponto de partida para essa discussão e dada a complexidade dessa realidade do ensino, em partes pelo que está exposto no parágrafo anterior, parece notório que a discussão acerca da prática pedagógica ou do que ela venha a ser, neste contexto particular, não se resume ao momento da aula, propriamente dito. Ou seja, seu planejamento deve pressupor as diferentes realidades. Nessa mesma linha, Zabala (2010, p. 17) sustenta que

Desde o ponto de vista dos professores, esta prática, se deve ser entendida como reflexiva, não pode se reduzir ao momento em que se reproduzem os processos educacionais na aula. A intervenção pedagógica tem um antes e um depois que constituem as peças substanciais em toda prática educacional. O *planejamento* e a *avaliação* dos processos educacionais são uma parte inseparável da atuação docente, já que o que acontece nas aulas, a própria intervenção pedagógica, nunca pode ser entendida sem uma análise que leve em conta as intenções, as previsões, as expectativas e a avaliação dos resultados.

Saliente-se, neste caso, a particular importância tanto do diagnóstico pedagógico inicial, presente no momento planejamento de cada contexto tratado, quanto da avaliação, não essa entendida como um procedimento posterior e final ao processo de aprendizagem, mas concomitante a este. Para situar essa importância em casos concretos, pode-se citar como exemplo o planejamento e a avaliação de uma aula de filosofia que leve em conta as diferentes potencialidades em diferentes cursos. Ou seja, ao entendermos a EPT dentro de uma perspectiva integrada, estaremos comprometidos com a própria articulação didática focada nestas diferentes realidades técnico profissionais. Isso, como dito, é um pressuposto fundamental de efetivação da concepção integrada entre os campos profissional e básico, este último representado pela filosofia. Não por um mero acaso, as ementas de filosofia dos diferentes cursos dentro de um mesmo nível de ensino são pensadas e construídas de formas diferentes.

A construção da prática pedagógica assim entendida, levando em conta os diferentes contextos e pensada e planejada em cada caso, associa-se ao que Aristóteles, em sua obra *Ética a Nicômaco* delineava a partir do conceito de

práxis. Ao contrapor à *poiesis*, Aristóteles entendia a *práxis* enquanto aquela prática orientada pela flexibilidade e pela necessidade de tomada de decisão. E essa tomada de decisão orientava-se a partir de critérios éticos e políticos na busca de uma finalidade que não esteja pré-determinada nem era externa à prática mesma. É assim que,

A prática [enquanto *práxis*] não é um instrumento neutro. Portanto, a prática não pode entender-se como uma forma de maestria técnica desenhada para conseguir um fim externo, nem esses fins podem especificar-se com antecedência à prática mesma. Dentro da tradição aristotélica, todas as atividades éticas e políticas se consideravam como formas de prática e, por consequência, também a educação. Outro aspecto em que a prática difere da *poiesis* é que seus fins nunca são imutáveis nem fixos. Ao contrário, estão sempre submetidos à revisão (Carr, 1996, p.95-96).

Obviamente que essa orientação pedagógica na direção de um planejamento e mesmo avaliação refletidas, construídas e reavaliadas de forma interna, isto é, cujas finalidades das práticas são pensadas e repensadas no momento contemporâneo das mesmas, não pré-estabelecidas de forma neutra, mas contextualizadas nos limites dos perfis profissionais de cada eixo tecnológico, nível, curso, modalidade, etc, em função de suas peculiaridades, impõem pensar não somente em desafios pedagógicos como também em condições materiais que tornem possível este intento. Todavia, apesar da juventude dessas instituições e mesmo dos desafios de se pensar uma prática pedagógica que esteja associada com esta nova concepção de EPT, acredita-se que estes pressupostos estão sendo gestados de modo que a consolidação dessa nova orientação já está a caminho.

Considerações finais:

Portanto, resulta de uma reflexão inicial acerca do novo modelo de ensino proposto pelos Institutos Federais, de sua configuração abrangente em termos de atuação em diferentes níveis, eixos, cursos, modalidades, etc, bem como da forte presença da filosofia em todos estes distintos contextos, que a

problematização da prática pedagógica docente necessita estar ali pautada. Mais do que isso, a hipótese inicial é a de que essa prática não deve ser erigida com finalidades externas neutras e estáticas, mas deve ser configurada como uma *práxis*, no sentido aristotélico, onde seus critérios são considerados e construídos processualmente, isto é, na própria construção dessa prática.

Derivado dessa necessidade, acentua-se a importância das tomadas de decisões que resultam do diagnóstico e da avaliação que, como exposto, constituem momentos contemporâneos da própria prática pedagógica. Adequar a prática pedagógica aos muito diferentes contextos e com vistas a diferentes fins envolve, portanto, um planejamento e avaliação que se constitui de deliberações com critérios que dialoguem com estas situações tratadas.

Como exposto no início deste artigo, ainda não se desenvolveram as entrevistas com docentes de filosofia para buscar entender como essa prática pedagógica é concebida e construída. Enquanto limitações para o trabalho, registre-se ainda a pouca produção nesta temática, muito em função de que, no modelo anterior de EPT, que se desenvolveu por quase um século, a presença da filosofia praticamente inexistia nos currículos em função da natureza da proposta e, no que se refere a esta nova configuração, pelo motivo de essas instituições serem relativamente jovens.

Referências

BRASIL. **Lei nº 11.892**. Brasília: Senado Federal, 2008. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acessado em 10 nov. 2025.

CARR, Wilfred. **Una teoría para la educación: hacia una investigación educativa crítica**. Madrid: Morata, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa: como ensinar**. Trad. Ernani F. da F.

Rosa. Porto Alegre: Artmed, 1998.



This work is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International (CC BY-NC 4.0)